

Diante de crises, governo mira em campanha sobre segurança

Aliados temem que, embora a atribuição de policiamento seja dos estados, população relacione problemas a Lula

JENNIFER GULARTÉ
perfil: gulo@redesocial.com.br

Questão sensível para o Planalto, a segurança pública será tema da primeira campanha publicitária do governo em 2024. Com o mote Brasil Unido Contra o Crime, o plano é mostrar que somente no ano passado o crime organizado e as milícias perderam R\$ 6 bilhões em patrimônio, incluindo imóveis, veículos, aeronaves e dinheiro durante operações das forças de segurança.

As peças da campanha vão exaltar ações da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e das Forças Armadas nas fronteiras, em portos e aeroportos e estão sendo produzidas para rádio, televisão e internet. A previsão era que a divulgação do material começasse em dezembro, mas o governo optou por esticar as campanhas que visam à redução da polarização no país.

Em dezembro, uma pesquisa da Quæst em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais publicada pelo GLOBO mostrou que a sensação de insegurança havia crescido na avaliação da população. Otto em cada dez brasileiros veem agravamento da violência no país nos 12 meses de 2023. A mesma fatia (81%) avalia que a segurança pública e o crime organizado são problemas nacionais e as facções criminosas têm ganhado força (83%).

A sensação de que a criminalidade avançou, aponta a Quæst, é alta tanto entre eleitores da presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto entre os do ex-chefe do Planalto Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2022, embora seja maior no segundo grupo (71% a 88%). O levantamento mostra ainda que a atuação do governo petista da área de segurança divide os brasileiros: 43%

acham que o presidente vai melhor do que o adversário; 43% consideram que o desempenho é pior. Apesar dos dados, os índices de criminalidade como homicídio doloso e latrocínio, caíram de janeiro a outubro do ano passado, comparados com o mesmo período de 2022, segundo dados do Ministério da Justiça. (veja ao lado)

As crises na segurança sob o lema em estados como a Bahia, governado pelo petista Jerônimo Rodrigues, e Rio de Janeiro, administrado por Cláudio Castro (PL), aliados de Bolsonaro, reacenderam a discussão sobre a separação do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Embora o debate tenha sido efêmero, há uma brecha entre auxiliares do presidente que o governo precisa demonstrar uma atitude mais forte ao abordar o tema que, embora a atribuição de policiamento seja dos estados, a população acaba atribuindo também a Lula as crises de segurança pública. Outra preocupação é de que recrudescimento de casos de fôlego ao discurso bolsonarista em ano de eleições municipais.

EXPECTATIVA

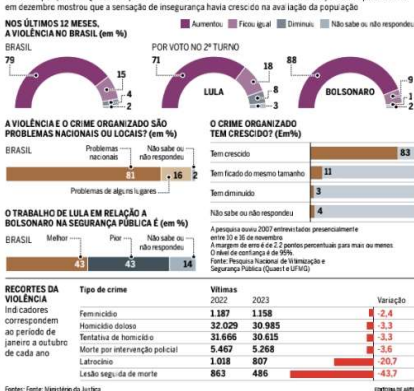
A campanha Brasil Unido Contra o Crime deverá ir ao ar no momento em que Lula decidir quem será substituto de Flávio Dino no Ministério da Justiça. A expectativa é de que o presidente resolva a questão na próxima semana, perto da data que marcará o aniversário do ataque ao Palácio do Planalto, os dois nomes favoritos ao posto são o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski e o coordenador do Grupo Prerrogativas, Marco Aurélio de Carvalho. Ambos têm apoio do PT e são nomes de confiança do presidente. Lewandowski foi presidente do STF e é



Flávio Dino foi titular da Justiça antes de ser aprovado para o STF. Lula deve anunciar substituto na próxima semana

ALTA NA SENSÇÃO DE INSEGURANÇA

Dados da pesquisa da Quæst em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais publicados pelo GLOBO em dezembro mostram que a sensação de insegurança havia crescido na avaliação da população



Tarcísio diz que não investirá em câmeras na PM

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou em entrevista ao Bon Dia SP que não vai investir na implementação de mais câmeras no uniforme de policiais militares e que os equipamentos corporais não protegem os

cidadaãos. A declaração vai de encontro ao que especialistas em segurança pública defendem. — Agente não descontinua nenhum contrato. Os contratos permanecem. Mas qual a efetividade das câmeras corporais na segurança do cidadão? Nenhuma — disse. — Questionado se os câmeras corporais não

protegeriam o cidadão do abuso policial, o governador respondeu que as pessoas estão sofrendo com roubo de celular, crime patrimonial, seqüestro relâmpago, homicídio e tráfico, e que focar em combatê-los. Segundo levantamento do GLOBO nas secretarias estaduais de segurança pública, só 6,6% dos PMs do país usam o dispositivo.

No estado de SP o percentual chega a 11%, atrás de Rio (25,7%) e Santa Catarina (22,6%). Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, elas contribuíram para a redução da letalidade causada por policiais em serviço. Nos batallhões como equipamento, a queda foi de 76,2% de 2019 a 2022; nos demais, de 33,3%.

considerado um dos poucos juristas que falaria de igual para igual com qualquer ministro do Supremo, já Carvalho é militante petista e vem conquistando apoios do MDB e de movimentos sociais. Lula tem indicado buscar um perfil que tenha, ao mesmo tempo, energia para o debate da segurança pública, pauta capturada pelo bolsonarismo, e seja conciliador, capaz de construir pontes com diferentes instituições. A ideia é devolver ao Ministério da Justiça o perfil que a pasta tinha sob o comando de Marcio Thomas Bastos, que foi titular entre 2003 e 2007, no primeiro mandato do petista, e se tornou um dos principais conselheiros jurídicos de Lula.

Ocupando o comando interino da pasta, o secretário-executivo, Ricardo Cappelli, tem capitalizado ações do Ministério, como a queda nos índices de violência no país e o sucesso do programa Celular Seguro, que teve um milhão de cadastrados.

MOVIMENTAÇÃO

Cappelli deu entrevistas propondo a redução do índice de homicídios no Brasil e, nas redes sociais, tem buscado exaltar os resultados da pasta: "Pasta da extrema direita? Por quê? Reduzimos homicídios e os demais indicadores da segurança pública em 2023. O extensismo prepara uma candidatura 'da segurança' no Rio e testa uma em SP. O que fizeram para as polícias? Nada. Resultados na área? Nada. Temes que fazer este debate?"

A permanência de Cappelli como ministro da Segurança é vista como improvável por auxiliares do presidente. No entanto, há movimentação para que o secretário permaneça no MJ, ocupando o comando da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), a principal pasta do ministério. Cappelli teve sua conduta elogiada ao assumir a intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal, após os atos golpistas de 8 de janeiro, e ao comandar interinamente o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) depois da saída do general Gonçalves Dias, porém, acabou sofrendo uma série de desgastes com o PT durante os meses que antecederam a indicação de Flávio Dino ao STF. No entanto, não há disposição nem de Lewandowski nem de Carvalho para permanência de Cappelli — ambos sinalizam preferência por autonomia na montagem da equipe, na hipótese de serem indicados.

Total de registros de novas armas é o menor desde 2004

Montante é mais de 80% a menos do que o de 2022; pelo menos 93% estão em nome de homens. Pistolas 9 mm são maioria

EDUARDO GONÇALVES
eduardo.goncalves@redesocial.com.br

O Brasil teve o menor número de novos registros de armas de fogo para a população civil dos últimos 19 anos. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Armas (Sinaarm), que é controlado pela Polícia Federal (PF), foram 20.822 novos cadastros em 2023 — mais de 80% a menos do que o total registrado em 2022 (114 mil), 2021 (165 mil) e 2020 (131 mil).

Na série histórica, o número de registros de armas de fogo em 2023 só supe-

rou o de 2004. Esses dados computados pela Polícia Federal não levam em conta as estatísticas de caçadores, atiradores e colecionadores, os chamados CACs, que também tiveram registros de cadastros durante a politização da administração do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

CIRCULAÇÃO DE ARMAS

A diminuição vai em linha com a política adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de diminuir a circulação de armas nas mãos dos cidadãos. As requisições de arma de fogo

feitas à PF exigem agora uma declaração de "efetiva necessidade" e são dadas para a defesa pessoal do cidadão. O governo também reduziu o número de armas e munições que podem ser acessadas por civis para sua defesa.

Antes, civis podiam comprar até quatro armas de uso permitido para a defesa pessoal, sem a necessidade de comprovação da efetiva necessidade. Foi estabelecida a aquisição de até duas armas de uso permitido para defesa pessoal, comprovando-se a efetiva necessidade. A maioria das autoriza-

EVOLUÇÃO DO REGISTRO DE POSSE DE ARMAS



ções para ter armas estão em nome de homens (93%) e a preferência é por pistolas 9 mm. O modelo voltou a ser de uso restrito após decreto baixado em julho do ano passado. Os novos registros de CACs, por sua vez, estavam suspensos por um decreto

do presidente Lula desde 1º de janeiro de 2023. Os cadastros passaram a ser permitidos a partir de 27 de dezembro, quando foi publicada uma portaria pelo Exército com as novas regras instituídas pelo governo. Entre as mudanças, está o período de validade dos registros, os CRs, que de dez passou para três anos. O Brasil chegou a registrar em 2023 mais de 800 mil registros de CACs.

Segundo a PF, além da redução no montante de pedidos de posse de armas, 75% das novas solicitações de porte — quando a pessoa pode circular com a arma — foram negadas. Ainda de acordo com informações da Polícia Federal, cerca de 1 milhão de armas estão nas mãos de cidadãos comuns.